1. João Alberto, 66 anos, teve uma vida desregrada. Fuma inveteradamente. Além disso, bebe muito além do socialmente aceitável. Casou-se. Teve dois filhos. Em função de seus hábitos boêmios, separou-se. Não é figura benquista em seu círculo de vizinhança, uma área nobre da cidade de Porto Velho. Seu mau humor é notório. Em sua carranca denota-se a melancolia de quem não tem mais nada a perder.

No entanto, no plano profissional, obteve sucesso. Como médico, possuiu um padrão de vida compatível àqueles bem sucedidos em sua carreira. Sua especialidade é a cardiologia. Todavia, em face de dívidas de jogo, de sua separação e de suas consequências jurídicas tradicionais, perdeu todo seu patrimônio, inclusive sua afamada clínica médica. Restou-lhe somente a aptidão do ofício, exercido, atualmente, via SUS, já que é concursado para exercer o cargo.

Em 30/05/2010 foi vítima de um infarto do miocárdio. Houve obstrução do fluxo sanguíneo para uma região da musculatura cardíaca. Os médicos que lhe atenderam implantaram três stents, estabilizando sua vida. Todavia, é necessário um quarto: o stent farmacológico. Seu custo é de R$25.000,00. Em até 90 dias há a necessidade de implantação sob o risco de morte de João Alberto. Até lá ele ficará mantido no hospital, às custas do Sistema Único de Saúde, que suportou as despesas dos stents normais, pois fazem parte de sua cobertura. O mesmo não ocorre com o stent farmacológico.

Sua filha querida, condoída pela situação, procura um defensor público, você. Elabore a peça processual compatível à situação descrita.

QUESTÃO 1:
A resposta padrão deveria ser ajuizar uma Ação Ordinária com Pedido Liminar. Nela deveria ser abordado, no mínimo, os seguintes aspectos:

(a) A posição do Supremo Tribunal Federal na STA/STF 175.
(b) A tramitação preferencial.
(c) A competência do ente federativo.
(d) A reserva do possível e o mínimo existencial.
(e) A possibilidade de dispensação de medicamentos e de material cirúrgico fora da lista do SUS.
(f) O cabimento de tutela antecipada contra a Fazenda Pública.
(g) As normas protetivas da saúde encontradas na CF, na lei do SUS e no Estatuto do Idoso.

2. Como se dá a vinculação de particulares a direitos fundamentais e quais as correntes doutrinárias que sustentam tal possibilidade?

QUESTÃO 2

A questão deveria abordar:

(a) O efeito de irradiação, direitos à proteção e vinculação dos particulares a direitos fundamentais;

(b) Referenciar e explicar as teorias da eficácia mediata, da eficácia imediata, da imputação ao Estado, integradora (Alexy) e a perspectiva civil-constitucional.